

Transformações nas estratégias de casamento no campo face às influências do processo de urbanização: O caso de Araponga, MG*

Ana Louise de Carvalho Fiúza

Doutora em Sociologia na área de Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade pela UFRRJ/RJ. Professora do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa.

analouisefiuza@uol.com.br

Nayara Freitas Martins Gomes

Graduanda em Geografia da Universidade Federal de Viçosa.

Neide Maria de Almeida Pinto

Doutora em Ciências Sociais (PUC/SP). Professora do Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa.

nalmeidapinto@gmail.com

Patrícia Ferraz do Nascimento

Mestranda em Extensão Rural da UFV, graduada em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa.

patiferraznascimento@yahoo.com.br

Resumo: O crescimento das atividades não-agrícolas e pluriativas no meio rural ampliam as possibilidades de reprodução socioeconômica das pessoas levando, gradativamente, a um deslocamento da centralidade da terra como fonte de geração de renda e emprego no campo. Procuramos investigar nesta pesquisa se tal fato repercute nos arranjos matrimoniais entre famílias que vivem no campo. É sabido que dentro de um rural agrícola em que a terra tinha um valor central na geração de renda, os casamentos eram considerados como um assunto de família, como sendo importantes demais para serem decididos pelos indivíduos. Mas, e quando outras formas de renda não agrícolas ganham importância para as famílias que vivem no campo, tal fato modifica os arranjos conjugais entre os indivíduos? Assim, procuramos analisar neste artigo se a aproximação entre campo e cidade em termos do mercado de trabalho e de serviços traz transformações para a forma como se constroem as relações afetivas no meio rural brasileiro. Enfim, analisamos se a economia da intimidade se modifica no âmbito do rural pluriativo, ampliando-se e trazendo a baila novos modelos de relações conjugais.

Palavras-chave: Casamento; Mulher; Pluriatividade; Família.

Transformations in the rural marriage strategies against the influences of urbanization process: The case of Araponga, MG

Abstract: The growth of non-agricultural activities in rural move the centrality of land as a source of income generation and employment in the field. This research examines whether this fact reflects in arranging marriages between families living in the camp. Within a traditional rural land was a central value in generating income. Marriages were considered a family affair. There were individuals who chose who would get married. But, when other forms of non-farm income gain importance for families who live in the countryside, this fact changes the marital arrangements among individuals? Thus, we analyze in this article the approach between town and country in terms of labor market services and brings changes to the way relationships are built in rural areas. Finally, we analyze whether the economy of intimacy changes in the rural pluriactivity, extending up and coming out with new models of marital relationships.

Keywords: Marriage; Women; Pluriactivity; Family.

Los cambios en las estrategias matrimoniales en el campo frente a las influencias de la urbanización: El caso de Araponga, MG

Resumen: El crecimiento de las actividades no agrícolas en las zonas rurales y pluriactivas amplía las posibilidades de reproducción socioeconómica de las personas más destacadas gradualmente a un desplazamiento de la centralidad de la tierra como fuente de generación de ingresos y empleo en el campo. Esta investigación trató de investigar si este hecho se refleja en la organización de los matrimonios entre las familias que viven en el campamento. Se sabe que dentro de una finca rural, donde la tierra es un valor central para la generación de ingresos, el matrimonio se considera un asunto de familia, por ser demasiado importante como para decidir por los individuos. Sin embargo, cuando otras formas de no-agrícolas ganan importancia los ingresos de las familias que viven en las zonas rurales, este hecho cambia el régimen matrimonial entre personas? Por lo tanto, este artículo busca analizar si el acercamiento entre la ciudad y el país en términos de servicios del mercado de trabajo y trae cambios en la forma las relaciones se construyen en las zonas rurales. Finalmente, se analizó si la economía de los cambios de la intimidad en el pluriactivas rural, extensión y educación de los nuevos modelos de relación marital.

Palabras-clave: Matrimonio, Mujer; Pluriactividad; Familia.

1. Introdução

O campo no Brasil, até a década de 80, era mais agrícola que pluriativo¹, e mais influenciado pela ideologia patriarcal que pela burocrático-racionalista. No entanto, com o avanço da descentralização do parque industrial em direção as cidades pequenas, do interior, durante o período pós-fordista, a partir da década de 90, a agricultura, vem, gradativamente, deixando de ser a atividade central no campo. Tem sido cada vez mais comum se perceber a formação de territórios locais, conformados pelo crescente intercâmbio do mercado de trabalho, de bens e serviços, conforme chama a atenção Kageyama (2008). Diante da diversificação socioeconômica do campo, o qual passa de agrícola para tendencialmente pluriativo, de rural para tendencialmente urbano nos modos de vida, é de se supor que as estratégias matrimoniais voltadas para a ampliação do patrimônio fundiário agriculturável de outrora, também, se modificassem.

Assim, investigar de que forma vem se configurando os laços afetivos e matrimoniais entre os indivíduos que vivem no campo pode nos ajudar a perceber a forma como os mesmos vêm absorvendo as transformações socioeconômicas típicas da globalização. É de se supor que, principalmente, entre os casais mais novos, o casamento passe a ocorrer mais fora da família de origem, diminuindo o número de casamento entre primos; bem como cresça o número dos casamentos entre pessoas de comunidades e de municípios diferentes. Contudo, ao considerarmos esta hipótese, não podemos deixar de levar em consideração que esta tendência de diversificação socioeconômica do campo não aponta para um processo que esteja ocorrendo da mesma forma, no mesmo ritmo e com as mesmas características em todas as localidades do campo.

Este artigo tem por objetivo, portanto, detalhar os processos de transformação envolvendo os matrimônios no campo, analisando as estratégias e os perfis dos casais ao longo do tempo. O artigo está estruturado em três partes: na parte que se segue, apresenta-se o marco teórico deste trabalho, o qual está estruturado na perspectiva de Lefbvre (2010), Sanchez (2010), Duby (2000) e Rambaud (1967), os quais oferecem subsídios teóricos para desconstruirmos as incongruências teóricas em torno das categorias “*Campo*” e “*Cidade*”, “*rural*” e “*urbano*” através de uma história de longa duração que permite a percepção do lento processo de mudança das relações sociais e dos modos de vida envolvendo os indivíduos inseridos uma única sociedade, ainda que mais ligados a um espaço que outro. Na terceira parte deste trabalho, situamos os procedimentos metodológicos adotados para a coleta dos dados, apresentando em sequência os resultados obtidos e sua análise. Nas considerações finais, destacamos as principais tendências observadas em torno da trajetória dos matrimônios na localidade investigada, relacionando-as com as transformações socioeconômicas observadas.

2. Urbano e rural como modos de vida. Campo e cidade como espaços em interação

Conforme destaca Lefbvre (2010) a “*urbanização*” se constitui em um *modo de vida*, que se desenvolve inicialmente na cidade, sobretudo, com o desenvolvimento industrial, mas que não se reduz a ele. Enquanto *modo de vida*, a urbanização deve ser percebida como um processo em expansão, o qual tende a se refinar através do movimento de especialização e diversificação social.

Já “campo” e “cidade” se constituem em espaços que têm suas formas e características representadas segundo critérios variados, tais como: densidade demográfica, grau de artificialização da natureza, tipo de atividade econômica etc.; mas, nem por isto, imutáveis e essencializados. Tanto o “campo”, como a “cidade” se constituem em um meio físico, construído a partir da ação do homem e sofrendo a todo tempo a sua interferência. Assim, podemos considerar completamente pertinente a utilização da expressão “campo urbanizado”, quando se tratar de um espaço marcado por um processo de diferenciação das atividades econômicas, de especialização da divisão social do trabalho e, portanto, de diferenciação do tecido social.

O processo de urbanização contribui para uma aculturação da cultura camponesa. Quando os rurais vão aumentando o seu status de consumidores começam a fazer parte da sociedade urbana, deixando de estar fechados em um mundo rural mais fechado em si mesmo. A cidade passa a ser representada pelos rurais com a idéia de prolongamento, como um lugar onde se pode buscar o que falta. Mas, sobretudo, a transição de uma sociedade tradicional para uma sociedade capitalista se faz sentir através da mudança das noções de tempo e trabalho. Por exemplo, dentro de um rural tradicional há uma relação de medo perante o futuro – medo de experimentar a mudança. Pouco a pouco, segundo Rambaud (1969) uma parte dos rurais transforma a percepção do risco e a forma de ver o trabalho pelo trabalho passa a ser visto como do trabalho pelo dinheiro. No rural tradicional não existe uma racionalidade econômica voltada para a realização de cálculos. A exploração agrícola não tem como objetivo direto o lucro e sim a subsistência típica da lógica pré-capitalista. A terra estava mais voltada para a idéia de patrimônio familiar, sendo percebida como

um sinal de status da família. Com o processo de diversificação produtiva no campo, a terra deixa de ser apenas um patrimônio familiar e passa a ter crescentemente o sentido de mercadoria e o sentido da terra como um patrimônio familiar vai se transformando. Assim, o casamento vai deixando de ser uma estratégia entre famílias para assegurar um patrimônio fundiário e vai ganhando os contornos de “amor romântico”, típico de uma sociedade formada por indivíduos.

De acordo ainda com Giddens (1993) a invenção do amor romântico, fruto da escolha dos indivíduos, vem de par com a invenção da maternidade e a criação do lar. Amparada pelas leis do Estado e da Igreja, a família, se consolida subjetivamente, cultivando sentimentos como: o amor filial, o amor fraterno, o amor materno e o amor paterno. Este espírito familiar no campo, mesmo que mais modulado pela força dos parâmetros patriarcais que burgueses, exerceram, também, forte poder sobre o indivíduo. A formação da família no campo, no Brasil produzia arranjos matrimoniais voltados para um cálculo envolvendo, família, herança e terra.

Contudo, se é verdade que o campo no Brasil foi mais impactado pela ideologia patriarcal que pela burguesa, é verdade, também, que a mudança de um campo estritamente agrícola para um campo com maior diversificação produtiva pode estar impactando os arranjos matrimoniais entre as famílias, que tinham na terra o seu principal meio de produção e reprodução.

2.1 Diferentes perspectivas de trabalho e renda para as mulheres que vivem no campo

Ao se estudar o processo de urbanização do campo o trabalho da mulher que realiza não agrícolas em contexto pluriativos, se destaca como um dos indicadores da diversificação produtiva

no campo, mediante o processo de estreitamento da inter-relação entre campo e cidade. Boni (2008), Lunardi e Souza (2009), Staduto *et. al.* (2008) estão se dedicando a estudar a inserção do trabalho feminino no campo nas atividades não agrícolas. Staduto *et. al.* (2008), em seus estudos sobre as ocupações e rendas das mulheres paranaenses que vivem no campo, entre os anos de 2001 e 2005, perceberam que, a renda advinda das atividades não agrícolas passou a adquirir mais importância dentro das rendas obtidas pelas famílias rurais do Estado e que são as mulheres as principais responsáveis pelo desenvolvimento destas atividades e também que dentre essas atividades não agrícolas, o número de mulheres envolvidas com atividades domésticas diminuiu.

Este estudo nos mostra que as várias atividades desenvolvidas pelas mulheres, que antes eram consideradas complementares (artesanato, turismo, agroindústria, produção de leite, etc.) passam a ter um papel relevante na renda da família e que a diminuição do envolvimento das mulheres paranaenses com o trabalho doméstico revela, possivelmente, uma diminuição na precariedade do trabalho feminino. Nesse sentido, Staduto *et. al.* (2008) afirmam que, apesar de os papéis de gênero nas unidades familiares no campo serem mais problemáticos e cansativos para as mulheres, essa divisão social do trabalho pode ser rompida ou fortemente alterada com a renda proveniente da ocupação das mulheres em atividades não agrícolas. No entanto, Boni (2008) observa que o trabalho na agroindústria familiar não modifica a posição da mulher na família, pois, segundo ela, quando os produtos originados da produção doméstica das mulheres passam a ter valor comercial, a sua administração passa para as mãos dos homens, poucas mulheres participam da comercialização. Além disso, a proximidade entre

o trabalho doméstico e o trabalho na agroindústria acaba por confundi-los, fazendo com que as atividades na agroindústria sejam consideradas uma extensão do papel da mulher no lar.

Assim, para Boni (2008), a inserção das mulheres em atividades não agrícolas, não altera a condição do homem como chefe da família e, portanto, mantêm intactas as tradições patriarcais e os desequilíbrios nas relações de gênero. Lunardi e Souza (2009), ao estudarem o turismo rural da região dos Campos de Cima da Serra (RS) afirmam a importância das novas estratégias de desenvolvimento rural, destacando a atividade turística enquanto modo de reprodução das famílias rurais e as conquistas obtidas por meio dessa nova atividade desenvolvida no campo. Segundo Rambaud (1969), o turismo no campo coloca em contato presencial citadinos e rurais, acentuando o processo de aculturação destes últimos. Para Lunardi e Souza (2009), o turismo rural trouxe benefícios para o campo, como a: revalorização do espaço, a geração de novos postos de trabalho, a capacitação para mulheres e a sua afirmação no mercado de trabalho.

Porém, as desigualdades de gênero ainda permanecem, devido à similaridade entre as atividades do turismo e as atividades domésticas. Estas desigualdades se manifestam inclusive nas linhas de crédito, pois mesmo quando os recursos são destinados a projetos voltados para o turismo, são os homens que o acessam. Os autores destacam que as próprias agricultoras ao falarem das motivações que as levaram ao envolvimento na atividade turística, citam a necessidade de diversificação de fontes de renda familiar e a busca de atividades que permitam construir maiores níveis de autonomia frente às relações desiguais de gênero.

Dessa forma, o processo de urbanização do campo, pode contribuir muito para melhorar a condição de vida das mulheres que vivem no campo, já que o acesso delas a renda ou ao salário introduz uma reviravolta no mundo rural, o dinheiro torna-se um símbolo de segurança de ganho, ou seja, ele torna presente a liberdade no campo. Para Peralta e Alencar (2008), o acesso à renda pela mulher é um importante indicador de mudança social e tem efeitos diversos sobre os membros que compõem a unidade familiar. O acesso à renda pode gerar mudanças positivas em suas vidas, como maior poder de decisão na esfera doméstica, acesso à informação e a redes de apoio.

Para Lunardi e Souza (2009) a autonomia gerada pela atividade lucrativa do turismo garante a liberdade e a independência financeira às mulheres para poderem comprar o que quiserem sem pedir recursos financeiros ao marido. Segundo os autores a principal justificativa do envolvimento das mulheres no turismo rural é a situação financeira das propriedades. O turismo é entendido por elas como uma nova opção para a complementação da renda, sem que tenham que sair de casa. Para Nicholson (2000) mesmo a remuneração de trabalhos domésticos, realizados dentro de casa, seria uma alternativa para as mulheres adquirirem autonomia econômica e saírem da dependência em relação ao marido, contribuindo para a valorização e visibilidade do seu trabalho.

Peralta e Alencar (2008), ao estudarem o ecoturismo em duas comunidades da Amazônia também perceberam que com o aumento da inserção das mulheres no mercado, através da realização de trocas comerciais diretas, as levou a ocupar novos espaços na família e na comunidade, conquistando certa autoridade por possuírem uma fonte de renda controlada por elas

mesmas. Com o acesso à renda elas adquiriram maior poder de decisão sobre os gastos do orçamento doméstico, antes controlado pelo homem. Os autores perceberam ainda, que o acesso a renda, alterou o grau de importância do papel da mulher e do poder aquisitivo da família devido à conquista da independência financeira pela mulher, e passou a ameaçar o papel do homem como provedor, gerando conflitos na esfera doméstica, e às vezes, até a separação entre casais.

De acordo com Rambaud (1969), a possibilidade das mulheres de serem reconhecidas por elas mesmas, para além das funções que elas preenchem, passa pelo abandono do trabalho agrícola, trabalho esse em que as mulheres não têm um papel indiferenciado na produção, não é remunerado e, portanto, é insignificante. Para tanto, além do acesso e controle sobre a renda, segundo o autor, para que a sua imagem deixe de ser relacionada aquela representação de dona de casa que se ocupa da família e da roça, é necessário que elas se escolarizem. Pois só através da independência econômica e da profissionalização, as mulheres podem provocar uma ruptura na célula familiar, no que se refere à distribuição tradicional dos papéis masculinos e femininos.

Bourdieu (1999) coloca que a divisão entre sexos parece estar inscrita na ordem das coisas e segundo o autor, a única forma de desestabilizar essa divisão androcêntrica do mundo é a partir do aumento do acesso de mulheres a instrução e ao trabalho assalariado, o que conseqüentemente levaria a independência econômica e com isso uma maior inserção feminina na esfera pública e a modificação da estrutura familiar. Dessa forma, quanto maior o capital cultural e econômico maior a consciência desse modelo androcêntrico, tido como natural que está instituído.

3. Os casamento no campo em uma cidade pequena produtora de café

3.1 Procedimentos metodológicos

A pesquisa que ora apresentamos os resultados foi realizada em uma cidade pequena, do interior do Estado de Minas Gerais, que tem tradição na produção de café. A população da pesquisa foi composta por casais residentes no campo da referida cidade e amostra se caracterizou por ser realizada por cotas e não ser representativa da população. Neste tipo de configuração amostral procurou-se manter a proporcionalidade entre os estratos, entrevistando-se casais em diferentes estágios do ciclo familiar: casais com até 10 anos de relação; entre 11 e 20 anos; entre 21 e 30 anos e com mais de 31 anos.

O objetivo primeiro da pesquisa foi o de verificar se o movimento de transformação do campo de agrícola para diversificado economicamente traria transformações nos padrões de conjugalidade normalmente existentes no meio rural, alterando a tendência de casamentos entre primos tão característicos das estratégias voltadas para a manutenção da terra como patrimônio da família. Posteriormente, verificamos se os casamentos que se realizavam entre primos e parentes se davam em maior número entre as famílias que possuíam mais terra do que entre aquelas que possuíam menos.

3.2 Resultados da pesquisa

Uma das características marcantes de um campo agrícola é o casamento entre parentes. Ao observarmos a Figura 1 notamos

ser expressivo entre os casais que se casaram antes da década de 90 o casamento entre primos. A partir dos anos 90, ocorre o movimento de interiorização produtiva das indústrias em direção às cidades pequenas, aumentando o leque das possibilidades de desenvolvimento de atividades não agrícolas nestas localidades. A terra e, em decorrência, a atividade agrícola, vão, assim, deixando de ter um caráter central na reprodução nas famílias que vivem no campo. Assim, os casamentos que, principalmente, até a década de 80, eram considerados assunto de família e tinham uma clara intenção de manutenção do patrimônio fundiário familiar, a partir dos anos 90 se diversificam.

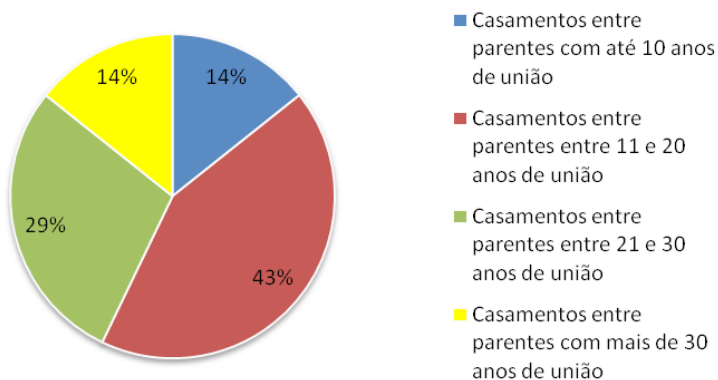


Figura 1 - Casamento entre parentes.

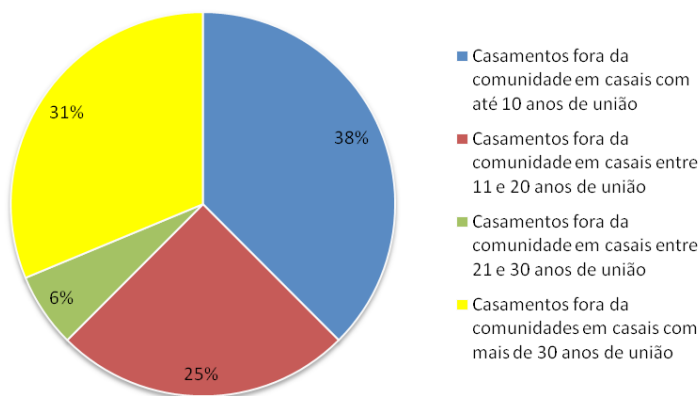


Figura 2: Fora da comunidade.

Confirmando a tendência de mudança nas estratégias de casamento apresentadas na Figura 1, nas quais os casais mais novos se casavam menos entre parentes, a Figura 2 confirma esta tendência mostrando ser justamente neste estrato dos mais novos onde ocorre mais o casamento entre pessoas de fora da comunidade. A figura 3, apresentada a seguir reforça a coerência dos dados anteriormente apresentados.

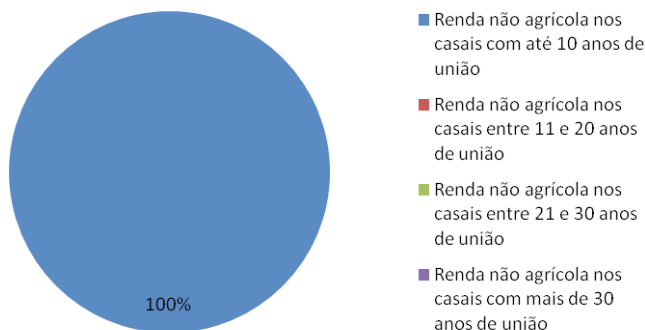


Figura 3: Renda não agrícola.

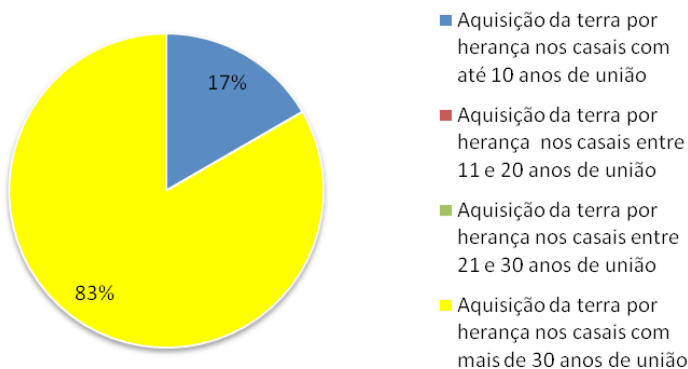


Figura 4: Aquisição da terra por herança.

Segundo os dados levantados na pesquisa foi, justamente, entre os casais com menos de 10 anos de relacionamento, cujos casamentos entre não parentes e com pessoas de fora da comunidade se sobressaiu, que se notou ser menor a importância do patrimônio

fundiário. A fonte de renda mais expressiva entre estes casais foi a não agrícola. Tal dado fica ainda mais coerente, quando se observa a forma como os casais com menos de 10 anos obtiveram a terra.

5. Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo analisar as estratégias de casamento no campo no Brasil. Argumentamos que à medida que o campo foi incorporando atividades não agrícolas, as relações sociais estabelecidas entre os indivíduos foram girando menos em torno da terra. Nesse contexto de perda crescente da importância da terra os casamentos realizados na última década, a de 2000, apresentaram a diminuição de casais formados a partir da união entre parentes. Tal mudança em torno dos padrões de conjugalidade mostra que o casamento vem se tornando menos um “negócio de família”, e mais uma expressão dos sentimentos dos indivíduos.

Podemos considerar que um ponto relevante relativo à pesquisa realizada diz respeito ao fato deste estudo evidenciar que as relações afetivas estão intimamente relacionadas com as estratégias de reprodução social das unidades produtivas no campo. Nosso estudo evidenciou, ainda, que o *paradigma agrário* que tomava o campo o percebendo, exclusivamente, como agrícola e colocando a produtividade da terra como o centro gravitacional das pesquisas, está sendo substituído pelo *paradigma da diversificação socioeconômica do campo* que mostra que este não é apenas agrícola, mas, antes, que vem se tornando cada vez mais diversificado, econômica e socialmente. A pesquisa em torno dos casamentos realizados em uma cidade tipicamente rural mostrou, por fim, o crescimento dos arranjos afetivos marcados

pelo “*amor-romântico*” face aos “*casamentos de interesse entre famílias*”. O exercício de atividades não agrícolas no campo por parte dos casais mais novos mostrou uma tendência de desvinculação entre as estratégias de casamento e a centralidade da terra e do patrimônio familiar na vinculação afetiva estabelecida pelos indivíduos. Quando outras formas de renda não agrícolas ganham importância para as famílias que vivem no campo, tal fato modifica os arranjos conjugais.

Notas

* Uma versão prévia deste artigo foi apresentada nas VII Jornadas Interdisciplinares de Estudios Agrarios y Agroindustriales, em Buenos Aires, em novembro de 2011.

¹ Compreendemos a pluriatividade como um fenômeno não voltado, exclusivamente, para a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas, tal como acontecia com os agricultores part-time, mas, antes, como uma especificidade de um momento histórico, em que a economia das cidades pequenas e médias, do interior do país forma territórios locais, dinamizando trocas intersetoriais na economia primária, secundária e terciária destes municípios, criando demandas urbanas em torno de lazer e turismo no campo. Tais demandas por bens e serviços no campo propicia aos rurais investirem em outras atividades nas suas propriedades, que não apenas as agrícolas. Para tanto, o trabalho temporário em atividades não-agrícolas fora da propriedade, vem se constituindo em um meio para alcançar a ampliação das atividades desenvolvidas na unidade produtiva familiar. Para maiores detalhes ver Carneiro (1999), Kageyama (2008), Favareto (2005).

Referências bibliográficas

BONI, Valdete. **Gênero: o doméstico e o produtivo na agroindústria familiar**. 2008. Disponível em: <<http://www.rimisp.org/FCKeditor/UserFiles/File/documentos/docs/pdf/0511-006522-01gtvaldeteboni.pdf>>. Acesso em: abril de 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural**. 2005.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n. 1, p. 205-227, abr. 2004.

CARNEIRO, Maria José. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, Sérgio. (org.). **A Diversidade na Agricultura Familiar**, Porto Alegre:UFRGS, 2006.

ENDLICH, Ângela Maria. Perspectivas sobre o urbano e o rural. IN: SPOSITO, M. Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. **Cidade e campo**. Relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

FERNANDES, Sirlei Aparecida. **Gênero e Políticas de Crédito: O Pronaf-Mulher em Santa Catarina**. Florianópolis, 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Departamento de Sociologia e Ciência Política, Universidade Federal de Santa Catarina. 2008.

FRASER, Nancy. O que é crítico na teoria crítica? O argumento de Habermas e o gênero. In: BENHABIB, Seyla, CORNELL, Drucilla. **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1987.

FREYRE, Gilberto (1900-1987). **Sobrados e Mucambos**: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano. 15ª ed. São Paulo: Global, 2004.

HILLYARD, Samantha. A problem in Search of Discipline: the History of Rural Sociology. **The sociology of rural life**. New York: British Library Cataloguing-in-Publiction. 2077. p.6-38.

KATO, Patrícia Yukari Andrade. **Gênero e turismo**: Uma análise da mão de obra feminina no mercado de trabalho formal do turismo. Brasília, 2008. Monografia (Especialização em Turismo e Desenvolvimento Econômico) - Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília. 2008.

LEFBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

LUNARDI, Raquel; ALMEIDA, Joaquim Anécio de Jesus. As representações do trabalho no turismo rural para as mulheres da Região dos Campos de Cima da Serra – RS. **Revista Extensão Rural**, DEAER/CPGExR – CCR – UFSM, Ano XV, 2008

LUNARDI, Raquel; SOUZA, Marcelino de. Atrizes do turismo rural: o trabalho da mulher na atividade turística na região dos Campos de Cima da Serra (RS). **Agriculturas**, v.6, n.3, p. 15-17, out. 2009.

MATTEI, Lauro. A relevância da família como unidade de análise nos estudos sobre pluriatividade. **RER**, Rio de Janeiro, vol. 45, n 04, p. 1055-1073, dez. 2007.

MELO, Hildete Pereira de; SABBATO, Alberto Di. Mulheres rurais – invisíveis e mal remuneradas. In: **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006, 260 p.

NICHOLSON, Linda. Feminismo e Marx: Integrando o

Parentesco como Econômico. In: BENHABIB, Seyla, CORNELL, Drucilla. **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 2000.

PAULILO, Maria Ignez S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p.229-252, abr. 2004.

PERALTA, Nelissa; ALENCAR, Edna Ferreira. Ecoturismo e Mudança Social na Amazônia Rural: efeitos sobre o papel da mulher e as relações de gênero. **Campos**, v. 9, n. 1, p. 109-129, 2008.

RAMBAUD, Placide. **Société rurale et urbanisation**. Paris: Editions du Seuil, 1969.

SANTOS, Telma Maria Bittencuort Bassett. **Turismo Rural e Sustentabilidade: O caso dos municípios do Espírito Santo**. Niterói, 2004. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade Federal Fluminense, 2004.

SCHNEIDER, Sergio; CONTERATO, Marcelo Antonio; KOPPE, Leonardo Renner; SILVA, Carolina Castilho. A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. In: SCHNEIDER, Sergio. (org.). **A Diversidade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

SILVA, M. F. da; ALMEIDA, J.. A. J.; SOUZA, M.. O turismo rural e as organizações sociais locais no distrito de São Pedro, Bento Gonçalves – RS. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 7, n. 5, p. 335-344, 2005.

STADUTO, J. A. R.; WADI, Y. M.; SOUZA, M.; NASCIMENTO, C. A.; TONDO, I. S. P.. **As Ocupações e Rendas das Mulheres das Famílias Rurais Paranaenses**. IN: Fazendo Gênero 8 - Corpo,

Violência e Poder. Florianópolis, 25 a 28 de agosto de 2008. Disponível em: <http://www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST3/Staduto-Wadi-Souza-Nascimento-Tondo_03.pdf>. Acesso em: março de 2009.

SPOSITO, M. Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. **Cidade e campo**. Relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.